

Governo reage a críticas de revista britânica

The Economist sugeriu que Lula estaria mais fraco

Por Karoline Cavalcante

Em uma carta enviada nesta terça-feira (1º) à revista britânica The Economist, o governo brasileiro rechaçou as críticas feitas pela publicação sobre a postura internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O artigo, publicado no último domingo (29), questionava a popularidade interna e a crescente influência de Lula no cenário global, sugerindo que o chefe do Palácio do Planalto estaria se distanciando das democracias ocidentais. O governo sentiu a crítica, e respondeu à revista.

Assinada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a carta defende que o presidente brasileiro sustenta com coerência os quatro pilares essenciais à humanidade e ao planeta: democracia, sustentabilidade, paz e multilateralismo. Segundo ele, esses valores são fundamentais para a atuação fundamental do Brasil, com ênfase na liderança do país no G20 — fórum internacional que reúne as maiores economias do mundo —, onde, em 2024, buscou construir um consenso global no combate à fome e à pobreza. Além disso, o ministro acrescentou que, na ocasião, também foi apresentada “uma ousada proposta de taxaço de bilionários que terá incomodado muitos oligarcas”.

Também destacou a Cúpula do Brics — um mecanismo de cooperação internacional entre economias emergentes —, que está sendo presidido pelo Brasil neste ano e ocorrerá no próximo domingo (6) e segunda-feira (7), no Rio de Janeiro. Para o Itamaraty, o grupo é considerado um ator fundamental na busca



Lula Marques/Agência Brasil

Carta à The Economist foi assinada pelo chanceler Mauro Vieira

por um mundo multipolar, menos assimétrico e mais pacífico. “Nossa presidência trabalhará para fortalecer o perfil do grupo como espaço de concertação política em favor da reforma da governança global e como esfera de cooperação em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade”, complementou o chanceler.

“Exemplo raro”

O documento sublinha que, sob a liderança de Lula, o Brasil se tornou um “exemplo raro de solidez institucional e defesa da democracia”, cumprindo as regras do comércio internacional e oferecendo segurança aos investidores. Além disso, reafirma o compromisso com o direito internacional e a resolução pacífica de disputas. Também enfatiza sua posição contra a escalada militar no Oriente Médio, defendendo que os conflitos internacionais sejam resolvidos por meios diplomáticos, assim como condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia.

“Não fazemos tratamento à la carte do direito internacional nem interpretações elásticas do direito de autodefesa. Lula é um eloquente defensor da Carta das Nações Unidas e das Convenções de Genebra. A posição do Brasil quanto aos ataques ao Irã e, sobretudo, às instalações nucleares é coerente com esses princípios. Nossa condenação responde ao fato elementar de que essas ações constituem uma flagrante transgressão da Carta da ONU. Ferem, em particular, as normas da Agência Internacional de Energia Atômica (organização responsável por prevenir contaminação radioativa e desastres ambientais de larga escala)”, diz o trecho.

Artigo

O artigo da The Economist destacou o distanciamento de Lula em relação aos Estados Unidos, com ênfase na falta de aproximação com o presidente Donald Trump (Partido Repu-

blicano). A revista sugeriu que essa postura poderia enfraquecer a posição do Brasil no cenário internacional.

Como exemplo, criticou a condenação feita por Lula aos ataques militares norte-americanos contra instalações nucleares iranianas, atitude considerada pelo texto como em “desacordo com todas as outras democracias ocidentais”.

A revista também mencionou a tentativa fracassada de Lula de mediar a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e as dificuldades em encontrar um caminho de diálogo com outros líderes de direita, como o presidente argentino Javier Milei (Partido La Libertad Avanza).

Segundo a publicação, a popularidade do petista tem enfrentado queda acentuada, cenário agravado pela recente derrota ao tentar implementar um decreto de aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), iniciativa derrubada pelo Congresso.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente diz ver briga entre ricos e pobres

Para PL, Lula quer manter polarização

Para setores importantes da oposição, o governo, ao ressuscitar o discurso da disputa entre pobres e ricos, vai além da disputa em torno de questões orçamentárias e fiscais: busca atualizar uma polarização que tenderia a diminuir com a gradual saída de Jair Bolsonaro na disputa eleitoral.

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) ressalta que ao admitir que

pode não ser candidato em 2026, o ex-presidente abriu caminho para uma “despolarização”.

Um gesto que facilita acordos com o Centrão para a eleição presidencial e facilita articulações principalmente em torno de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo. Enquanto isso, Lula retoma o discurso de divisão de classes, que marcou o PT.

Superação

Portinho ressalta, porém, que os petistas só chegaram ao poder depois de superarem a lógica da polarização. “Isso nunca levou o PT a lugar nenhum”, frisa. Para ele, essa posição contribui para afastar o eleitorado da classe média, “que se identifica mais com os ricos”.

Jogo de ganhos

Outro parlamentar bolsonarista, que prefere não ser identificado, ressalta que o contexto é favorável: a história do pobre x rico reforça uma imagem moderada de Tarcísio, que aceitaria um Bolsonaro como vice. O ex-presidente se contentaria com a promessa de indulto.

Reprodução/Sindifisco/Santos



Dão Real: mudanças para reduzir desigualdade

Audidores-Fiscais propõem alíquota de 15% para ricos

O Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita decidiu apimentar a discussão sobre mudanças no imposto de renda. Redigiu uma proposta mais ambiciosa do que a preparada pelo Ministério da Fazenda.

Sugere, em primeiro lugar, corrigir em 17,78% a tabela do IR, o que, na prática, diminuiria a tribu-

tação de mais brasileiros, 38 milhões no total.

Como quer o governo, manteria a isenção de quem ganha até R\$ 5 mil e reduziria o imposto de quem chega ao limite de R\$ 7 mil.

Para financiar os benefícios, criaria uma tributação de 15% sobre ganhos de quem recebe mais de R\$ 200 mil mensais.

Aumento

Pelo projeto do governo, o percentual máximo de contribuição sobre a soma dos rendimentos seria de 10%, aplicável aos que embolsam a partir de R\$ 100 mil mensais, R\$ 1,2 milhão por ano. Lucros e dividendos recebidos, e hoje isentos, entrariam na mordida.

Cobertura

Parlamentares ligados ao governo começaram a divulgar um outro vídeo que trata da briga entre ricos e pobres. Mostra um prédio onde moram pobres, remediados e, na cobertura, os ricos — e estes não pagam condomínio. O filme convoca para ato no dia 10.

Robin Hood

Presidente do SindiFisco, Dão Real afirma que as medidas são necessárias para mudar a política brasileira de tributação que, afirma, aumenta a desigualdade. O custo da implantação dos benefícios seria de R\$ 43,6 bilhões, dinheiro que viria dos mais ricos.

Visto em risco

Ao negar visto para a seleção cubana feminina de vôlei que disputaria torneio em Porto Rico, o governo norte-americano despertou preocupações na Fifa. É que a seleção iraniana está classificada para a próxima Copa do Mundo, que terá os EUA como principal sede.

Direita tem mais que o dobro de engajamento nas redes

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Nomes da direita, como Nikolas Ferreira, mais presentes

A direita domina as redes sociais no país, mas qual é a dimensão dessa soberania? Dados da consultoria Bites compilados pelo jornal Folha de S.Paulo de dão uma pista do tamanho do problema para o governo Lula (PT): os principais políticos de esquerda têm, somados, menos da metade dos seguidores da direita e registraram apenas um terço do engajamento obtido por eles este ano.

As publicações da direita receberam, em 2025, um engajamento (considerando números de curtidas, comentários e compartilhamentos) equivalente a 2,5 vezes o gerado pelas postagens de políticos de esquerda e de partidos de centro e centro-direita, somados. Quanto mais interações, maior o público que uma informação atinge na internet e maior sua repercussão.

O recorte feito pela Folha considera os 250 deputados federais, senadores, presidente, ex-presidente, ministros, primeiras-damas, governadores e prefeitos de capitais com maior número de seguidores. A Bites levantou a pedido da reportagem os dados das cinco principais redes sociais no país: Facebook, Instagram, YouTube, TikTok e X (ex-Twitter) de 1º de janeiro a 30 de maio.

O número de parlamentares até alcança certo equilíbrio por esse recorte: 84 são de centro ou do centrão, 88 da direita e 78 da esquerda. O engajamento dos perfis ligados à direita, no entanto, é bem maior.

De acordo com o levantamento, os políticos de direita alcançaram 1,48 bilhão de interações nos cinco primeiros meses do ano. Os de esquerda chegaram a apenas 417 milhões. Políticos de partidos de centro e do Centrão tiveram resultado ainda mais tímido: 171 milhões de reações ao conteúdo postado.

A direita também apresenta um engajamento maior a cada postagem feita, com média de 12.894 interações por publicação. No caso dos aliados do presidente Lula, essa cifra cai a 4.699, em média. Já no centro e no centrão, fica em 3.900.

Mais organizada

O diretor técnico da Bites, André Eler, afirma que um dos motivos para essa diferença numérica é que a direita é mais organizada e afinada nas redes. “É uma bolha mais ativa e mais engajada, o que acaba gerando um volume maior de interações. Tem mais gente interessada o tempo inteiro nesse conteúdo.”

Já a esquerda, ressalta Eler, tem mais dificuldade de atuar em uma linha unificada. Ele dá como exemplo os deputados federais Guilherme Boulos (PSOL-SP) e Tabata Amaral (PSB-SP), que são fi-

guras influentes desse campo político nas redes sociais, mas muitas vezes têm discursos antagônicos.

Sem redes

Outro problema da esquerda, aponta o diretor da Bites, é a falta de organização. Nem todos os ministros do governo possuem redes sociais, e a principal liderança do grupo, o presidente Lula, muitas vezes não entra nos embates.

Somados, os 33 ministros do petista que possuem redes sociais (cinco não têm perfis públicos) têm juntos pouco mais da metade dos seguidores que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) possui sozinho.

A lista é puxada por dois nomes que foram candidatos à Presidência em anos recentes: Fernando Haddad (Fazenda), com 7,2 milhões, e Marina Silva (Meio Ambiente), com 5,7 milhões.

Políticos de centro e do centrão, no geral, exibem menos afinidade com as redes sociais, mas têm investido nessa interação como ferramenta alternativa de conquistar votos.

O atual presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), adotou uma forma mais descontraída de se comunicar, mas ainda não atinge um público amplo. É apenas o 210º entre os políticos.

Raphel Di Cunto (Folhapress)